

JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | ABRIL/JUN 2012 | EDIÇÃO 56

Com horizonte de lutas, diretoria da Apesp é reeleita

NA LUTA PELA CRIAÇÃO DE UMA
CARREIRA DE APOIO NA PGE SP!

POR UMA ADVOCACIA PÚBLICA
AUTÔNOMA E FORTE!



INSTITUIÇÃO

Com 100% dos votos,
carreira rejeita projeto
de Lei Orgânica

página 3

DIRETORIA

Conheça os integrantes
da nova gestão (biênio
2012/2013)

página 6

TELEVISÃO

"Argumento"
apresenta novas
edições

página 8

CULTURA

Visitas monitoradas
do 1º semestre
foram um sucesso

página 10

UMA PRIMAVERA EM PLENO OUTONO

A Primavera Árabe foi ou é um dos acontecimentos mais extraordinários da história recente da humanidade.

Vimos nada mais nada menos que milhares de pessoas, em países do norte da África e do Oriente Médio, protestando nas ruas contra a opressão, contra regimes autoritários, verdadeiramente ditatoriais instalados há décadas naquele canto do mundo.

Nesses tempos de mídia eletrônica, acompanhamos em tempo real os acontecimentos no Egito, na Líbia, no Marrocos e ainda seguimos a agonia na Síria.

Vibramos com as manifestações populares na emblemática Praça Tahir, novo símbolo da luta da humanidade contra o autoritarismo, logradouro convertido em verdadeira “bastilha egípcia”.

E reforçamos nossa crença na construção universal, ainda que lenta, de sociedades mais livres, justas e solidárias, valores esses tão bem definidos por nossa Constituição como objetivos fundamentais da república.

Mas os povos árabes não foram os primeiros – e nem serão os últimos – a protagonizarem “primaveras” ou manifestações coletivas de insatisfação ou indignação contra a ordem posta ou proposta.

A história da humanidade é pródiga em abrigar tiranias e em gerar consequentes e indispensáveis movimentos de resistência.

E o que promove, o que impulsiona, o que determina a formação de “primaveras” é a força da insatisfação coletiva, a unidade de propósitos de um número significativo de vozes, o consenso como expressão maior da vontade geral.

Tendo protagonizado neste abril de 2012 a maior assembleia de classe de sua história, os Procuradores do Estado de São Paulo inequivocamente produziram **“uma primavera em pleno outono”**.

Reunindo mais de 600 profissionais, representantes de todos os segmentos e concursos de ingresso da carreira, revelou-se de forma incontável a insatisfação, a unidade de propósitos e o consenso da classe contra o texto e o encaminhamento do projeto de Lei Orgânica elaborado pelo Procurador Geral do Estado.

E o Espaço Apesp viveu um dia de Praça Tahir. Afinal, em pleno sábado de abril vimos

procuradores chegando para a assembleia da categoria às dezenas e depois centenas, vindos da capital, do interior, do contencioso e da consultoria a fim de debater o presente e o futuro da instituição a que servem.

Vimos ainda os oradores se revezarem ao microfone para em uníssono denunciarem o conteúdo pernicioso do projeto de Lei Orgânica, a forma antidemocrática de sua elaboração e o encaminhamento autoritário de sua discussão.

Assistimos ao compartilhamento de documento histórico subscrito pelos ex-presidentes da Apesp das últimas três décadas, onde se pontuam diversas das razões que justificam a reprovação coletiva ao anteprojeto apresentado.

Presenciamos o reconhecimento da carreira ao Conselheiro eleito presente ao evento.

E, ao final, colhemos votação unânime pela rejeição ao encaminhamento da proposta de nova lei orgânica.

Sem dúvida nenhuma, essa assembleia foi o despertar de **“uma primavera em pleno outono”**, uma demonstração pública de contrariedade da classe à proposta que lhe foi submetida, a expressão pungente de uma vontade geral que gritou NÃO ao projeto que desfigura a feição da PGE.

Tão pungente, sincera e legítima essa vontade, aliás, que foi capaz de tocar não um, nem dois, mas todos os Conselheiros eleitos pela carreira e, ato contínuo à sua realização, na primeira sessão daquele órgão superior que sucedeu à Assembleia, provocar a proposição e aprovação de proposta pelo arquivamento do projeto.

Foi bonita a festa. Foi reveladora e revigorante a festa. Foi acima de tudo produtiva a festa. Parabéns a todos que dela participaram, protagonizando um dos capítulos mais bonitos da história da Apesp.

Mas a vida, como todos sabemos, não se esgota nas festas.

Por isso, devemos todos seguir atentos, embalados pela primavera de iniciativa e ideias que nós mesmos fomos capazes de produzir e prontos para, a qualquer momento, sermos convocados a plantar novas flores.

Márcia Maria Barreta Fernandes Semer é presidente da Apesp



ASSOCIAÇÃO DOS
PROCURADORES
DO ESTADO DE
SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2012/2013

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Tânia Henriqueta Lotto

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Cabral Granado

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Anna Candida Alves Pinto Serrano

DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ESPORTES

Fábio Imbernom Nascimento

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Rafael Camargo Trida

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Sebastião Vilela Staut Jr.

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Caio Cesar Guzzardi da Silva

CONSELHO ASSESSOR

Adriana Moresco

José do Carmo Mendes Junior

Márcio Henrique Mendes da Silva

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Rogério Pereira da Silva

CONSELHO FISCAL

João Cesar Barbieri Bedran de Castro

Marcelo de Carvalho

Vinicius Lima de Castro

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp,

Ricardo Lucas,

Cristiano Tsonis e

J. Ohanes

CAPA

Osiris Santos Jr.

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.500 exemplares

Acesse a versão on-line do

Jornal do PROCURADOR

no site <www.apesp.org.br>

Publicação periódica distribuída

gratuitamente pela Apesp.

Com 100% dos votos, carreira rejeita projeto de Lei Orgânica

A última Assembleia Geral da Apesp, realizada em abril último para debater o anteprojeto de Lei Orgânica, mobilizou 606 procuradores (entre presentes e representados). Com participação de procuradores de todo o interior, Brasília, todas as Unidades da capital e aposentados, a Assembleia reuniu também ex-presidentes da Apesp, ex-procuradores gerais, o presidente do Sindiproesp, representantes do IBAP e o conselheiro eleito Marcelo Grandi Giroldo. Revezarem-se na tribuna diversos oradores: “Em todas as falas a contrariedade com o conteúdo da proposta de Lei Orgânica apresentada pelo procurador geral do Estado dominou a cena, notadamente a partir do entendimento que referida proposta ignora o papel da Procuradoria do Estado como função essencial à Justiça. Muitos foram os pontos atacados pelos oradores que se revezaram no palco do auditório da associação, mas as preocupações com as propostas do anteprojeto de fragilização da instituição quanto ao exercício pleno de suas atribuições constitucionais, com a precarização do papel do procurador de garante da legalidade interna da Administração e com o esgarçamento das garantias dos profissionais da ativa e aposentados permearam diversos discursos”, relembra a presidente Márcia Semer. Após as manifestações, a diretoria iniciou o processo de votação, cujos resultados são os seguintes:

1) 100% contra o encaminhamento da proposta de nova Lei Orgânica da PGE, nos termos do texto apresentado pelo procurador geral do Estado (606 votos).

- 2) Moção de repúdio ao anteprojeto proposto pelo procurador geral – 604 votos a favor; 2 votos contra.
- 3) Considerado o atual momento político em que vivemos, as alterações legislativas de nossa carreira devem ser:
 - Não é recomendável qualquer alteração na atual conjuntura – 93%
 - Por alterações pontuais na vigente Lei Orgânica – 6%
 - Abstenção – 1%
- 4) Por aclamação, os procuradores presentes na Assembleia votaram ainda que são inegociáveis os dez pontos que seguem:
 - Percebimento da VH;
 - Paridade remuneratória entre ativos e aposentados;
 - Mandato para corregedor e lista tríplice;
 - Competência de demissão e cassação de aposentadoria só pelo governador;
 - Prerrogativas dos procuradores, destacada a independência técnica, definição legal de atribuições e classificação fixa ou inamovibilidade;
 - Garantias das competências constitucionais da PGE e da abrangência de suas atividades. Ex. vedação à contratação de advogados para atuar em juízo, dívida ativa exclusiva, defesa da fazenda no TCE exclusiva, propositura de ação civil pública etc.;
 - Autonomia administrativa, funcional e financeira da PGE;

- Nível V como último nível remuneratório da carreira de procurador;
- Valorização da atividade fim exercida pelo procurador do Estado;
- Carreira de apoio de todos os níveis já.

Destaca-se que tanto o Colégio de ex-presidentes da Apesp – em reunião que mobilizou três décadas de ex-presidentes – quanto o Conselho Assessor também rejeitaram o anteprojeto.

Mobilizada e unida, carreira sensibiliza conselheiros eleitos a proporem o arquivamento do anteprojeto da LOPGE

A mensagem de repúdio ao anteprojeto da LOPGE, externada pelos 606 procuradores votantes que participaram da AGE, chegou à Rua Pamplona. Na sessão de 19/04 do Conselho da PGE, os conselheiros eleitos propuseram requerimento pelo arquivamento do anteprojeto de Lei Orgânica da PGE apresentado pelo procurador geral Elival da Silva Ramos. A proposta foi aprovada por maioria de votos, representada pela integralidade dos conselheiros eleitos.

A diretoria da Apesp parabeniza a carreira pela união e força! Contudo, é preciso manter a mobilização, pois o procurador geral continua determinado a encaminhar o projeto ao governador e à Alesp. A construção da PGE que queremos depende de nós.

Anteprojeto de LOPGE e PL 1.433/2009 foram os temas abordados em audiência com o secretário da Casa Civil Sidney Beraldo

No último dia 15/05, a diretoria da Apesp manteve uma audiência com o secretário da Casa Civil Sidney Beraldo para tratar – dentre outros temas – do anteprojeto de LOPGE e do PL 1.433/2009, que criou dois cargos de advogados para o TJSP. Representaram a Associação a presidente Márcia Semer, a secretária geral Shirley Tomé, o diretor financeiro José Cabral Granado e o diretor de prerrogativas Caio Guzzardi. O procurador do Estado e secretário adjunto da Casa Civil José do Carmo Mendes Junior também prestigiou o encontro.

LOPGE

A diretoria da Apesp expôs ao secretário Sidney Beraldo o repúdio da carreira à proposta de anteprojeto de LOPGE apresentado pelo procurador geral Elival da Silva Ramos, por meio da decisão tomada na última da Assembleia Geral. Os diretores destacaram também que tanto o Colégio de ex-presidentes da Apesp – em reunião que mobilizou três décadas de ex-presidentes – quanto o Conselho Assessor também rejeitaram o anteprojeto. Ademais, foi explicitada a deliberação do

Conselho da PGE que, por unanimidade dos votos dos conselheiros eleitos, arquivou o processo no âmbito do órgão. Para Márcia Semer, “foi apenas a primeira abordagem da Apesp perante o Governo e, certamente, não será a última”.

PL 1.433/2009

Durante a audiência, a diretoria da Apesp entregou ao secretário da Casa Civil um documento dirigido ao governador pugnando pelo veto ao

PL 1.433/2009, que dispõe sobre a criação de dois cargos de advogados para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pelas razões de ordem jurídica e políticas alinhavadas. A propositura foi aprovada no final de abril e sancionada pelo governador Geraldo Alckmin em meados de maio. “Infelizmente, e para nossa surpresa, o GPGE, instado a se manifestar, defendeu a constitucionalidade do PL 1.433, enquanto a ATL se manifestou pelo veto. Agora, a Apesp estuda as medidas cabíveis para questionamento da lei.”

Procurador geral reafirma posicionamento restritivo quanto à possibilidade de acumulação de vencimentos/proventos com pensão

A Apesp representou à PGE buscando a revisão do entendimento adotado nos idos de 2003 pela Instituição sobre a possibilidade de acumulação de vencimentos/proventos com pensão, por entender que ele não prestigia a melhor interpretação da Constituição sobre o tema. Para tanto, juntou à representação entendimentos do TCU e do CNJ diversos do consagrado pela PGE SP.

Infelizmente, a decisão do procurador geral do Estado Elival da Silva Ramos reafirmou o posicionamento restritivo precedente, não obstante a razoabilidade e juridicidade de interpretação conforme a adotada pela União e pelo braço administrativo do Poder Judiciário.

A Apesp, entretanto, recebeu com perplexidade e estranheza a afirmação constante do processo de que a análise de “questão correlata”, a saber, cumulação de vencimentos com vencimentos ou

proventos, tenha sido levada a efeito “por força do ofício da Apesp”.

A análise do tema correlato, resultou, isso sim, de ato de ofício do procurador geral do Estado. Fosse um processo judicial, tratar-se-ia de decisão *ultra* ou *extra petita* e, portanto, como sabe qualquer operador do direito, de ato eivado pelo vício da nulidade.

Tratando-se de decisão proferida em processo administrativo, constitui decisão de ofício, que de moto próprio o procurador geral tomou para si reapreciar, sem que houvesse qualquer provocação, de quem quer que fosse, para tanto.

Não há nenhuma ilegalidade na revisão ou reafirmação de posicionamento jurídico. Assumir posições legais e leais é dever do administrador. Inclusive quanto à natureza de suas decisões.

Mobilização

A despeito do parecer emitido pelo procurador geral do Estado, que negou provimento à representação da Apesp, a questão da cumulação de pensão com proventos e/ou vencimentos não está encerrada. Há no STF repercussão geral pendente sobre o tema. Na defesa dos interesses de seus associados e do entendimento que considera juridicamente mais adequado a Apesp vem se movimentando, tendo para tanto contratado parecer do jurista Alexandre de Moraes. A entidade ainda pediu e aguarda agendamento de audiências com o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, e com o ministro Marco Aurélio – relator da repercussão geral. “Vamos tratar de um assunto muito caro a todo funcionalismo de São Paulo”.

ENTIDADE NACIONAL

Chapa “Novos Rumos” ganha eleição e vai comandar a Anape

Com a vitória em 14 dos 27 Estados da Federação, a chapa de oposição “Novos Rumos” venceu as eleições da Anape e o procurador do Estado de Goiás Marcello Terto e Silva presidirá a Anape no próximo biênio.

Propondo realizar gestão mais democrática e participativa, a chapa eleita conta com dois procuradores do Estado de São Paulo em sua composição: os associados da Apesp José Damião de Lima Trindade e Thiago Sombra.

Thiago Sombra, diretor de Assuntos Parlamentares da Apesp no biênio 2010-2012, onde desenvolveu trabalho destacado para nossa entidade, criando o boletim “Apep no Legislativo, será vice-presidente do Sudeste da Anape.

José Damião de Lima Trindade, presidente da Apesp nos biênios 2002-2004 e 2006-2006, com trabalho memorável de conquista do teto remuneratório das demais carreiras jurídicas para os procuradores, integrará o Conselho Assessor da entidade.

Nossos parabéns aos eleitos! E nossos votos que os “Novos Rumos” possam fortalecer a Anape, com novas conquistas a todos os procuradores.

Confira os novos integrantes da diretoria da Anape:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Marcello Terto e Silva (GO); **presidente de honra:** Sandra Maria do Couto e Silva (AM); **1º vice-presidente:** Telmo Lemos Filho (RS); **2º vice-presidente:** Jaime Nápoles Villela (MG)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Santuzza da Costa Pereira (ES); **vice-presidente:** João Régis Nogueira Matias (CE); **secretário geral:** Bruno Hazan Carneiro (RJ); **secretário geral adjunto:** Celso Barros Coelho Neto (PI)

VICES REGIONAIS

Norte: Carolina Omanes Massoud (PA); **Nordeste:** Cléia Costa dos Santos (BA); **Centro-Oeste:** Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral (MT); **Sudeste:** Thiago Luís Sombra (SP); **Sul:** Vera Grace Paranaguá Cunha (PR)

DIRETORIAS

Administrativa: Eder Luiz Guarnieri (RO); **Financeira:** Marcelo de Sá Mendes (RR); **Social:** Fabiana Azevedo da Cunha Barth (RS); **Comu-**

nicação: Isabela Cristine Martins Ramos (PR); **Centro de Estudos:** Cláudia Marçal (GO); **Convênios:** Frederico César Abinader Dutra (TO); **Relações Públicas:** Gustavo Chaves Carreira Machado (MG); **Assuntos Legislativos:** Carlos Augusto Valenza Diniz (DF); **Prerrogativas:** Marcos Vieira Savall (AL); **Filiação:** Cláudio Cairo Gonçalves (BA)

CONSELHO FISCAL

Presidente: Francisco Wilkie Rebouças Júnior (RN); **membro:** Carlos Guimarães Trindade Neto (AL); **membro:** Daniel Augusto Mesquita (DF)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: Samea Beatriz Bezerra da Silva (PI); **vice-presidente:** Cláudio Belmino Rabelo Evangelista (RR); **secretário geral:** Luiz Henrique Sousa de Carvalho (GO); **secretário geral adjunto:** Fábio Carvalho de Alvarenga Peixoto (CE); **membro:** Rogério Luiz Gallo (MT); **membro:** José Damião de Lima Trindade (SP); **membro:** Mário César da Silva Lima (BA); **membro:** Gustavo César de Melo Calmon Holliday (ES); **membro:** Rafael Rolim de Minto (RJ); **membro:** Thaís Ramos Rocha (TO)

Com caráter indenizatório, GAE de transporte, na forma estabelecida, não está sujeita ao teto constitucional

Estabelecida pela Lei Complementar n. 1.113, de 26/05/2010, a Gratificação de Atividade Especial (GAE), no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, foi regulamentada pela Resolução PGE n. 68/2011, de 11/10/2011. De pronto, a Apesp considerou o texto muito restritivo, apontando uma série de pleitos que deveriam ser revistos em futura resolução. Contudo, o ponto mais polêmico deriva do nítido caráter indenizatório da GAE por transporte, não devendo portanto estar sujeita ao corte no limite do teto remuneratório constitucional. O preceito foi inclusive alvo da Resolução n. 13/2006 do Conselho Nacional de Justiça, que dispôs no artigo 8º, *in verbis*: “Ficam excluídas da incidência do teto remuneratório constitucional as seguintes verbas: I – de caráter indenizatório, previstas em lei: a) ajuda de custo para mudança e transporte”. “Vamos continuar

propugnando ao GPGE e ao Conselho da PGE revisão dessa regra, que claramente contraria o que está previsto em ordenamento já pacificado do CNJ. Ademais, outros pontos da resolução necessitam de adequações”, afiança Márcia Semer, presidente da Apesp.

Dentre as principais pleitos por alterações estão: i) diferenciação do pagamento da gratificação entre os colegas do Contencioso da Capital e do Interior; ii) extinção do benefício para os colegas da Grande São Paulo, deixando de reconhecer que o trabalho nessa região enfrenta condições de especial dificuldade; iii) criação do benefício para os integrantes do GPGE e do Centro de Estudos; iv) exigência do cumprimento de longas distâncias para pagamento dos percentuais de 15%, 20% e 25% da GAE, impondo, ainda, restrição para cálculo das distâncias percorridas

no mês, o que, salvo melhor juízo, torna o recebimento dos percentuais intermediário e final do benefício quase inatingível; v) igualmente, no que concerne à substituição por férias e outras licenças, impõe número muito elevado de ausências para pagamento do benefício, máxime em seu percentual final (ex. para receber 25% da GAE deve haver sobrecarga de serviço de mais de 50%); vi) nas Consultorias, ponderou-se que, apesar do texto ter sido bem recepcionado nas CJs de maior porte, as Unidades menores têm restrições. Nestas CJs, se por um lado o volume de pareceres não é tão grande, os colegas mantêm constantes reuniões e prestam assessoria direta aos gestores. Ademais, indaga-se como ficaria a situação dos chefes que também emitem pareceres, em razão da dúvida sobre o direito à GAE.

COMEMORAÇÃO

Presidenta Dilma Rousseff sanciona lei que cria o Dia Nacional do Advogado Público

Após sanção da presidenta da República Dilma Rousseff, a Lei nº 12.636, de 14/05/2012, que institui o Dia Nacional da Advocacia Pública, foi publicada no Diário Oficial da União de 15/05/2012, p.1. A comemoração será no dia 7 de março, data da criação do extinto cargo de procurador dos feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco, ainda na época do Brasil Colônia, por meio do Regimento de 7 de março de 1609. O autor do projeto foi o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que encampou sugestão formulada por Apesp e Unafe.

SERVIÇOS

Apesp disponibiliza cartilhas com orientações aos aposentados e parentes de associados falecidos

A Diretoria de Previdência e Convênios da Apesp preparou duas cartilhas aos associados: uma contendo orientações aos aposentados e outra com orientações dirigidas aos parentes de associados falecidos. O material – que está disponível na íntegra no site www.apesp.org.br, na seção “Benefícios” – contém importantes orientações sobre os seguintes temas:

A) Providências e benefícios de interesse dos aposentados: i) conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio e férias não gozados; ii) recadastramento anual dos

aposentados; iii) contribuição ao Iamspe; iv) isenção de recolhimento do IRRF nos proventos de aposentadoria e pensão dos portadores de moléstias graves e incapacitantes; v) redução da contribuição em razão de parcela isenta da base de cálculo por motivo de doença incapacitante.

B) Benefícios/auxílios aos parentes de associados falecidos: i) seguro decessos; ii) seguro de vida em grupo/Apesp; iii) seguro de vida/CAASP; iv) seguro de vida/AASP; v) grupo

de associados para fins de pecúlio; vi) auxílio funeral do Governo do Estado de São Paulo; vii) pensão SPPREV (e Verba Honorária); viii) conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio e férias não gozados pelo procurador falecido; ix) recadastramento de pensionistas; x) contribuição ao IAMSPE; xi) isenção de recolhimento do IRRF na pensão dos portadores de moléstias graves e incapacitantes; xii) redução da contribuição previdenciária de pensionistas por motivo de doenças graves; xiii) plano de saúde da Apesp.

Reeleita, diretoria da Apesp toma posse para o biênio 2012/2013. Conheça os integrantes!

A diretoria da Apesp (biênio 2012/2013) foi reeleita para dar continuidade ao trabalho da gestão anterior e avançar nas lutas institucionais que visam ao fortalecimento da PGE. O grupo de diretores, que mescla novos companheiros e colegas reconduzidos ao cargo, tomou posse formal no último dia 30/03, na sede administrativa da entidade. A tradicional festa de posse ocorreu no dia 04/05, no Buffet França (veja texto na página ao lado).

Para a presidente Márcia Semer, que foi reconduzida ao cargo, “os momentos de recomeço são muito bons. É que todo recomeço, além de nos permitir utopias novas, diferentes e até ousadas, agrega ao seu patrimônio a força da experiência vivida e, no nosso caso de uma diretoria reeleita, o conforto e, porque não dizer, o orgulho da confiança recebida dos colegas que protagonizaram a recondução”.



Diretoria

Presidente – Márcia M. Barreta Fernandes Semer

Ingresso na PGE: 1990.

Formação: graduou-se em 1987 pela USP. Especialista e mestre em Direito do Estado pela mesma Universidade.

Trajatória na PGE: atuou na Procuradoria Judicial; procuradora chefe de gabinete da PGE entre 1995 e 2000; procuradora chefe do Centro de Estudos entre 2007 e 2008. Conselheira eleita nos biênios 1993/1994 e 2003/2004. Classificada atualmente na CJ da Secretaria da Saúde. Presidente da Apesp no biênio 2010/2012.



Diretor Financeiro – José Carlos Cabral Granado

Ingresso na PGE: 1994

Formação: graduou-se em Direito pela PUC Campinas em 1991. Mestre em Direito Processual penal pela PUC SP em 1998.

Trajatória na PGE: entre 1995 e 2005, atuou na PAJ da PR de Campinas, onde exerceu a chefia entre 2001 e 2002. Desde 2005, está classificado na Procuradoria Judicial. Na Apesp, foi diretor de patrimônio no biênio 2010/2012.

Diretora Social e Cultural –

Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti

Ingresso na PGE: 1978

Formação: Graduou-se em Direito pela USP em 1972.

Trajatória na PGE: atuou na PAJ, na Procuradoria Administrativa e na CJ da Secretaria da Saúde. Foi corregedora auxiliar (entre 1991 e 1993), subprocuradora geral da Assistência Judiciária (entre 1995 e 1998) e procuradora geral adjunta (entre 1999 e 2000). Na Apesp, foi secretária geral nos biênios 2004/2006 e 2006/2008, diretora financeira no biênio 2008/2010 e diretora social e cultural no biênio 2010/2012.



Vice-presidente – Tânia Henriqueta Lotto

Ingresso na PGE: 1980.

Formação: graduou-se em Direito na USP em 1972.

Trajatória na PGE: procuradora aposentada, atuou na Procuradoria Fiscal, na PAJ e nas Consultorias Jurídicas das Secretarias da Agricultura e da Cultura. Foi assistente do secretário da Justiça para Assuntos de Assistência Judiciária ao Preso, no Governo Montoro. Foi chefe do Centro de Estudos da PGE em 1996. Exerceu o cargo de assessora na AJG. Na Apesp, exerceu os cargos de diretora social (biênios 1994/1996 e 2002/2004), diretora de previdência e convênios (biênio 2004/2006) e membro do Conselho Assessor (2006/2008 e 2008/2010).



Diretora de Previdência e Convênios –

Anna Candida Alves Pinto Serrano

Ingressou na PGE: 1991

Formação: Graduou-se em 1989 pela PUC SP. Especialista em Direito do Estado pela Escola Superior da PGE/SP.

Trajatória na PGE: atuou na Procuradoria Judicial, na Procuradoria Administrativa (setor de mandado de segurança) e nas Consultorias Jurídicas das Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Justiça e da Segurança Pública. Exerceu o cargo de assistente na Procuradoria Administrativa (1995/1998 e 2000). Foi procuradora assistente no Centro de Estudos entre 2007 e 2008. Atualmente, exerce suas funções na Consultoria Jurídica do DETRAN.



Secretária-geral – Shirley Sanchez Tomé

Ingresso na PGE: 1987.

Formação: graduou-se em Direito pela PUC SP; mestre em Direito Administrativo pela PUC SP.

Trajatória na PGE: atuou na PR1 (Seccional de Diadema), na Procuradoria Judicial e na CJ da Secretaria da Saúde; chefe da CJ da Artesp. Conselheira eleita no biênio 2003/2004. Na Apesp, foi diretora de patrimônio no biênio 2006/2008 e secretária-geral no biênio 2010/2012.





Diretor de Patrimônio e Esportes – Fábio Imbernon Nascimento

Ingresso na PGE: 1998.

Formação: graduou-se em Direito pela Faculdade Toledo de Araçatuba. Pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente.

Trajatória na PGE: atuou na Procuradoria Regional de

Presidente Prudente, na área da Assistência Judiciária Gratuita, de 1998 a 2007, onde coordenou a AJ e o Convênio PAJ/OAB de 2000 a 2007. Desde 2007 atua no Contencioso Geral da Procuradoria Regional de São José do Rio Preto. Integra a Coordenadoria do Meio Ambiente desde 2008, na condição de representante da Regional de São José do Rio Preto. Foi representante da Apesp na PR de São José do Rio Preto entre 2010 e 2012.



Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais – Sebastião Vilela Staut Júnior

Ingresso na PGE: 1987
Formação: Graduado em Direito pela PUC SP em 1985, é professor universitário.

Trajatória na PGE: Atual chefe da Consultoria

Jurídica da SAP, atuou na área do contencioso em vários setores da Procuradoria Fiscal e na área ambiental da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Secretário executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sem prejuízo das funções na PGE. Conselheiro assessor da Apesp nos períodos 2008/2010 e 2010/2012.

Diretor de Prerrogativas – Caio Cesar Guzzardi da Silva

Ingresso na PGE: 2006.

Formação: graduou-se em Direito pelo Mackenzie em 2001. Especialista e mestre em Direito do Estado pela PUC SP.

Trajatória na PGE: atuou na PAJ entre 2006 e 2007. Ingresso



na PPI em 2007 e desde 2011 é chefe da 1ª Subprocuradoria daquela Unidade (Contencioso Ambiental). Integrou o Conselho Editorial da PGE entre 2008 e 2010 e o Conselho Fiscal da Apesp no biênio 2010/2012.

Diretor de Comunicação – Rafael Camargo Trida

Ingresso na PGE: 2010.

Formação: graduou-se em Direito no ano de 2005 pela FMU. Especialista em Direito Tributário pelo IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários.

Trajatória na PGE: está classificado na Procuradoria Judicial, com atuação na Coordenadoria de Execuções contra a Fazenda Pública.



Voto eletrônico



A diretoria da Apesp tem investido fortemente para modernizar a interação entre os associados e a entidade. Exemplo disso foi a realização inédita de eleições eletrônicas para a escolha dos diretores da Associação. O pleito, realizado nos dias 13 e 15/03, transcorreu de forma organizada, com a disponibilização de notebooks em todas as Unidades da PGE (Capital e Interior) e também na sede administrativa da Apesp. Ademais, as duas últimas Assembleias Gerais Extraordinárias da entidade foram realizadas por meio eletrônico.

CONHEÇA TAMBÉM OS NOVOS MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAL E ASSESSOR

Conselho Fiscal: João Cesar Barbieri Bedran de Castro; Marcelo de Carvalho; Vinicius Lima de Castro.
Conselho Assessor: Adriana Moresco; Márcio Henrique Mendes da Silva; Rogério Pereira da Silva.

DURAÇÃO DO MANDATO

Após alteração estatutária, promovida no final de 2011, o mandato para a nova Diretoria e membros do Conselho Fiscal teve início em 1º/04/2012 e terminará em 31/12/2013. Por sua vez, o mandato dos três membros do Conselho Assessor teve início em 1º/04/2012 e terminará em 31/12/2015.

Novos representantes eleitos

A diretoria da Apesp parabeniza os novos representantes da entidade nas Unidades, que foram eleitos na eleição eletrônica realizada no final de maio. Ademais, agradece a todos os colegas que participaram do pleito. Os representantes têm a relevante função de aproximar ainda mais a carreira da Associação, tornando a gestão mais participativa e ampliada. Conheça os novos representantes:

- PR 1: Eduardo Fronzaglia Ferreira
- PR 2: Márcia Elisabeth Leite
- PR 3: Cristina Mendes Miranda de Azevedo
- PR 4: Eduardo Luiz de Oliveira Filho
- PR 5: Antonio Augusto Bennini
- PR 6: Paulo Roberto Vaz Ferreira
- PR 7: Roberto Mendes Mandelli Júnior
- PR 8: Luciano Pupo de Paula
- PR 9: Cláudia Alves Munhoz Ribeiro da Silva
- PR10: Nilton Carlos de Almeida Coutinho
- PR11: Marco Antonio Baroni Gianvecchio

- PR12: Regina Marta Cereda Lima
- PGE em Brasília: André Brawerman
- Procuradoria Fiscal: Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes
- Procuradoria Judicial: Roberta Calliã Boareto
- PPI: Mariana Beatriz Tadeu de Oliveira
- Área da Consultoria e Órgãos Complementares: José Fabiano de Almeida Alves Filho e Manoel Francisco Pinho
- Coordenadoria das Autarquias: Danilo Barth Pires
- Aposentados: Maria Inês de França Melo Pereira

Em agradável festa de posse, procuradores prestigiam a nova Diretoria da Apesp



Em uma agradável e animada festa, realizada no Buffet França, no dia 04/05, cerca de 400 convidados – entre procuradores, familiares, amigos e autoridades – prestigiaram a posse da nova Diretoria da Apesp (biênio 2012/2013).

ANIMAÇÃO

Recepcionados pelos integrantes da nova Diretoria, os convidados começaram a chegar por volta das 20h30, quando a Banda Rockfeller já estava no palco apresentando grandes sucessos nacionais e internacionais do rock, pop, rhythm Et blues e soul music. Depois de uma pausa para a solenidade de posse e o serviço de jantar, a banda voltou ao palco e lotou a pista do Buffet. A animação não teve hora para acabar!

Advocacia Pública de conciliação é alternativa para litigiosidade crescente



Saiba mais!

Uma realização da Apesp – em parceria com a TV PUC SP e a Eletrobrás –, o programa “Argumento” apresenta um formato de entrevistas com 30 minutos de duração, quando os convidados conversam sobre temas relacionados à atuação da Advocacia Pública em São Paulo e no Brasil. “Argumento” é exibido todo sábado às 12h (reprise na quarta-feira, às 10h), com apresentação da presidente da Apesp Márcia Semer. Para sintonizar a TV Justiça Digital: (canal 64) e Net São Paulo (canal 6).

O cidadão brasileiro que busca o Poder Judiciário para demandas de todas as montas sofre, invariavelmente, com uma demora excessiva para alcançar uma solução. Para que um Estado Democrático de Direito atinja a sua plenitude, a célere prestação jurisdicional é fundamental. Nesse sentido, a Advocacia Pública pode desempenhar um papel preponderante em prol da sociedade e do interesse público, intensificando mecanismos que ampliem a conciliação e a solução administrativa dos conflitos. Com tal mote, o programa “Argumento – Advocacia Pública em Ação” foi ao ar em março. Os convidados abordaram a questão por meio de duas vertentes: i) a conciliação envolvendo litígios com entes da Administração; ii) solução administrativa de conflitos entre a Administração e o jurisdicionado.

Orlando Muniz, procurador federal e diretor da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, afirmou que “a conciliação é uma ferramenta razoavelmente nova no âmbito da Administração Pública e poder divulgá-la para o cidadão é muito importante. A Câmara de Conciliação na Administração Federal está inserida dentro do contexto da Consultoria Geral da União em Brasília. Nós atuamos principalmente na interlocução das divergências e das controvérsias havidas entre entes da Administração Pública. Pode parecer um absurdo, mas a Administração Pública litiga muito. Não apenas sob o ponto de vista administrativo. Existem matérias que vão ao Contencioso e os nossos colegas advogados públicos, ao contrário de trabalharem de uma forma muito mais próxima do cidadão, estão atuando em embates de órgão contra órgão do Governo. É uma autofagia explícita. Quando o assunto chega à Câmara de Conciliação, nos colocamos, a partir de um conjunto de técnicas estabelecidas e com conciliadores designados, um prazo célere para chegar ao resultado. São raros os casos que não chegam a um bom termo. Na grande maioria, os entes saem de lá conhecendo o problema do outro e entendendo que uma solução administrativa é muito melhor do que seguir um processo autofágico no Poder Judiciário. Felizmente temos conseguido, desde quando efetivamente a Câmara começou a ser implementada, em 2007, resultados satisfatórios”.

Sobre a divulgação desse importante instrumento, Muniz disse que tem realizado palestras em universidades para preparar os futuros ad-

vogados da União “para que possam entender o que é conciliação e para quebrar o mito de que um processo precisa ser judicializado e ter uma sentença judicial. Existe um outro caminho que está sendo construído. Porém, muitos dos nossos próprios colegas desconhecem. (...) Queremos, em determinado momento, a criação de uma rede nacional de conciliadores em cada órgão do governo federal ou estadual. Por que não ter um ambiente de conciliação prévio? Por que não ter um procurador ou advogado público que já prepare o presidente da autarquia, o ministro, o secretário de Estado para que ele entenda que a solução (do conflito) poderá ser consensual?”

Para Gustavo Amorim, advogado da União da 3ª Região, “a conciliação é matéria da ordem do dia. O caminho da solução de conflitos pelo Judiciário tornou-se inviável. (...) Temos que buscar saídas alternativas, dentro das normas que regem a nossa atividade específica, que é a Administração Pública. Então, dentro desse conjunto de normas, tentar a conciliação para aplicar de forma efetiva o interesse público ao caso concreto. Nós, no contencioso ordinário da União, quando temos uma demanda de um servidor contra a União ou uma cobrança da União contra um particular, indagamos o que podemos transacionar que não fira o princípio da indisponibilidade do interesse público. É muito comum contarmos o particular para perguntar: nós vamos entrar com uma ação de cobrança, não é preferível pagar antes o que é devido? Evitamos assim toda uma movimentação do Judiciário, da AGU e também do particular”.

Segundo Adriana Fantin, advogada da União da 3ª Região, foi possível verificar que o jurisdicionado era primeiro processado para depois ser consultado se preferiria efetuar o pagamento. A advogada da União registrou que em São Paulo foi criado um espaço físico para a conciliação, além de se ter a possibilidade de conduzir todo o processo virtualmente. “Inicialmente, enviamos cartas e ofícios com débitos de até R\$ 10 mil e depois partimos para R\$ 30 mil, com e-mail e telefone para contato”. Fantin lembra que um advogado do interior paulista contactou a AGU, dizendo que o seu cliente pretendia chegar a um acordo. Toda a documentação foi enviada por e-mail para o jurisdicionado, que respondeu também de forma eletrônica, com a guia de pagamento devidamente recolhida. Surgiu assim a conciliação virtual.

Conheça outros momentos do programa Argumento

O programa Argumento, que estreou em junho de 2011 na TV Justiça, trouxe nos últimos meses temas de interesse dos advogados públicos e toda a sociedade brasileira. Leia abaixo alguns dos trechos escolhidos:



“(…) Hoje é como se institucionalizasse uma cultura na sociedade de que para ter acesso ao medicamento é preciso ingressar pela porta do Fórum. (…) Isso não é verdade. Hoje nós tentamos combater, na verdade, essa avalanche de ações absolutamente des-

necessárias, que são ajuizadas por pessoas que desconhecem o que é o Sistema Único de Saúde e o arsenal terapêutico disponibilizado para a população. O Estado se vê refém dessa situação. (…) O que fez o SUS para tentar tratar as principais moléstias foi estabelecer um elenco de medicamentos que aos olhos da autoridade sanitária são reputados como eficientes e seguros e que podem ser utilizados pela população (…). O que ocorre hoje são médicos que cedem à pressão do próprio paciente e da indústria farmacêutica para prescrever determinada marca e tudo isso desembocando em uma ação judicial. O nosso papel hoje tem sido mais no sentido de tentar racionalizar essa pretensão que é levada ao juiz”, **Luiz Duarte, procurador chefe da PJ8 especializada em medicamentos.**



“(…) Ainda que hoje tenhamos a criação da Defensoria Pública, eu creio que há pauta de atuação a ser explorada no campo dos direitos humanos (na PGE): a parte rereferente à educação e cursos de especialização, que a Escola da PGE vem realizando. (…) No campo da litigiosidade, eu me recorro que, no final da década de 90, o

Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da PGE recebeu denúncias de vários setores do movimento negro, que estavam indignados com uma campanha publicitária discriminatória, que tinha um negro no seu centro e os dizeres eram: você é da paz, eles não. Vamos desarmar os bandidos e não os cidadãos de bem. Foi na época do plebiscito sobre o desarmamento. (…) A mensagem subliminar dessa campanha era que o bandido é o negro. (…) Propusemos uma ação civil pública, o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos aliado com a Fazenda autora, com o pedido de remoção da propaganda e que houvesse a condenação da obrigação de fazer uma contrapropaganda. Foi uma ação exitosa mediante uma provocação dos segmentos do movimento negro”, **Flávia Piovesan, procuradora do Estado de São Paulo e professora da PUC SP. A ação supracitada pela entrevistada conquistou o Prêmio Estado em Juízo, outorgado pela PGE SP.**



“O relacionamento com a Consultoria Jurídica e com a Procuradoria Geral do Estado é excelente. Eu digo que nós temos a melhor Consultoria Jurídica do Estado. Porque ela trabalha dentro de uma demanda enorme e com agilidade. Nós temos que

comprar alimento para todos os presos das 149 unidades prisionais e todos esses pregões são analisados pela Consultoria Jurídica. (…) Quando você recebe um processo devidamente instruído e vê que ele tem o parecer da Consultoria Jurídica, você se sente seguro. Você tem certeza que aquele ato que você está praticando naquele momento não lhe causará problema no futuro, seja no Tribunal de Contas do Estado ou no Judiciário. Eu digo que é uma garantia para a Secretaria da Administração Penitenciária e para o Secretário, a análise e o parecer da Consultoria Jurídica”, **Lourival Gomes, Secretário Estadual da Administração Penitenciária.**

“É interessante falarmos sobre a participação do advogado público dentro da Ordem dos Advogados do Brasil. Até determinado momento de sua história, a Ordem era dos advogados liberais. O advogado público era o patinho feio dentro da Ordem, porque ele impedia ou dificultava que os colegas advogados profissionais liberais recebessem o seus honorários advocatícios. Isso criava uma predisposição contrária à Advocacia Pública. Os advogados públicos, de uma forma muito inteligente, ao invés de se separarem da Ordem, permaneceram e conquistam seu espaço. E para se ter uma ideia, hoje os advogados públicos exercem a presidência da Ordem (…). Nós só seremos fortes se estivermos unidos (…). Hoje temos no Conselho Federal, e em toda advocacia nacional, uma convivência harmônica e pacífica. Claro que em determinados momentos há divergências. Isso é natural e faz parte da própria dialética da advocacia (…). A Comissão Nacional da Advocacia Pública é diferenciada, pois seus membros são indicados a partir das próprias entidades de classe”, **Ophir Cavalcante, procurador do Estado do Pará e presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.**



EM JUNHO, O ARGUMENTO ESTREOU EDIÇÕES INÉDITAS

No mês de junho, o Argumento voltou com programas inéditos. Conheça os convidados:

Liliane Kiomi Ito Ishikawa, procuradora do Estado de São Paulo, chefe da 2ª Subprocuradoria da Procuradoria Judicial. Tema: Defesa do Estado e Responsabilidade Civil

Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes, procuradora do Estado de São Paulo classificada na Procuradoria Fiscal, no setor da Fazenda Ré, **Cláudia Cardoso Chahoud**, procuradora do Estado de São Paulo, classificada na Procuradoria Fiscal, no setor da Fazenda Autora. Tema: O procurador na atividade tributário-fiscal.

Isabela Martins Ramos, procuradora do Estado e presidente da Associação dos Procuradores de Estado do Paraná. Tema: A Procuradoria do Estado do Paraná.

Marcelo José Magalhães Bonício, procurador do Estado de São Paulo, classificado na Procuradoria Judicial. Tema: Defesa do Estado e questões processuais.

“É uma vergonha que o Estado brasileiro, que se pretende democrático, mas que ainda não completou a transição para a democracia, viole um direito constitucional. Que é o direito do povo brasileiro ter acesso à informação sobre a sua história e sobre a ação do seu Estado. Até se pode imaginar as razões que levam a produzir uma lei como essa que nós temos em vigor, que abre a hipótese de sigilo eterno. Eu não sei se há algum outro país do mundo que conviva com uma vergonha como essa. (…) Como disse antes, até posso imaginar como mentes atrasadas podem querer manter o sigilo. Por exemplo, o desempenho das Forças Armadas brasileiras na Guerra do Paraguai tem um nome: genocídio. Foram mortos 80% dos paraguaios do sexo masculino, inclusive crianças. Isso está documentado e é público no Paraguai. No Brasil não é público, pois os nossos documentos estão escondidos. (…) Eu imagino o porquê não se queira abrir os documentos da ditadura militar, pois eles – se ainda existirem e não tiverem sido totalmente liquidados – mostrarão que o Estado brasileiro sujou as mãos de sangue. Mas essas são razões deles – dos reacionários e dos antidemocratas – não são as razões dos operadores do direito, que têm a missão de defender a Constituição (…), **José Damião de Lima Trindade, procurador do Estado e ex-presidente da Apesp.**



VISITAS MONITORADAS

Exposição "Corpos Presentes", de Antony Gormley, foi a visita monitorada de junho

Em junho, a Apesp promoveu uma visita monitorada à exposição "Corpos Presentes", de Antony Gormley, em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil (CCCB). A mostra inédita ocupa os três andares e o subsolo do prédio do CCBB, com o objetivo de traçar um panorama da carreira do artista inglês. Com importantes instalações, modelos, maquetes, gravuras, fotografias e vídeos nunca apresentados no Brasil, a exposição ilustra a diversidade da obra de Gormley. O destaque foi a intrigante instalação *Event Horizon* (Horizonte de Eventos) – já montada em Londres e Nova York – que "reúne no entorno do CCBB 31 esculturas de corpos em tamanho real ocupando espaços públicos".

Exposição "Teimosia da Imaginação – Dez artistas brasileiros", no Instituto Tomie Ohtake

Em 03/05, a Apesp retornou ao Instituto Tomie Ohtake para a exposição "Teimosia da Imaginação – Dez artistas brasileiros". A mostra "traz a obra e o pensamento dos mestres Antonio de Dedé, Aurelino, Francisco Graciano, Getúlio Damado, Izabel Mendes, Jadir João Egídio, José Bezerra, Manoel Galdino, Nilson Pimenta e Véio".

Grande pátria latino-americana: em abril passeio foi ao Memorial da América Latina



A América Latina como um continente livre e unido. Por essa causa lutaram o argentino San Martín, o venezuelano Simón Bolívar e o cubano José Martí, dentre tantas outras figuras históricas. Foi no tradicional bairro paulistano da Barra Funda que se erigiu um monumento a tamanha luta: o Memorial da América Latina. Com projetos culturais do antropólogo Darcy Ribeiro e arquiteto Oscar Niemeyer, o Memorial está "plantado" em 84.480 m², por onde se espalham obras de arte, atividades culturais (shows, teatro, conferências e exposições), manifestações científicas etc. Foi para um passeio, que mescla história e arte, o convite da Apesp para os seus associados na visita monitorada realizada em 18/04.

O destaque foi a exposição "Guerra e Paz, de Portinari", quando foi possível admirar os recém-restaurados painéis "Guerra" e "Paz", de Candido Portinari, que pertencem à ONU. Com uma interface digital, a mostra inclui estudos da obra e vídeos sobre a vida de um dos maiores artistas brasileiros. Os participantes puderam visitar as obras de arte do Memorial, tais como a "Mão" e a "Grande Flor Tropical". Ademais, foi a oportunidade para conhecer um grande acervo de arte popular, em exposição no Pavilhão da Criatividade Popular Darcy Ribeiro.

Exposição de Alberto Giacometti, na Pinacoteca

Em 28/03, a visita monitorada foi na exposição "Alberto Giacometti: Coleção da Fondation Alberto et Annette Giacometti, Paris". O suíço Alberto Giacometti (Borgonovo, Suíça, 1901-1966), é considerado um dos grandes expoentes da arte do século XX e para essa mostra (que ficará em cartaz entre 24/03 e 17/06) foram selecionados cerca de 280 trabalhos, dentre os quais estão 80 esculturas de tamanhos variados, 40 pinturas, 80 trabalhos sobre papel, 56 fotografias e documentos. Durante o passeio, os participantes tiveram ainda a oportunidade de conhecer as recém-remodeladas instalações da Pinacoteca.

Marquesa de Santos: personagem da Independência do Brasil foi tema da visita monitorada de fevereiro

Quem passa pelo agitado centro de São Paulo, muitas vezes não consegue observar a história brasileira contada pelos casarões e monumentos presentes em cada esquina da região. Esse é o caso do Solar da Marquesa de Santos (situado na atual Rua Roberto Simonsen, nº 136 A – antiga rua do Carmo, nº 3). Entre 1834 e 1867, viveu no endereço ("raro exemplar de residência urbana do século XVIII") Maria Domitila de Castro Canto e Melo – a Marquesa de Santos –, uma figura ímpar no período da Independência do Brasil. Foi nesse rico cenário arquitetônico e histórico que a Apesp realizou em 14/02 mais uma visita monitorada.

Confraternização, recordação e emoção marcam cerimônia de inauguração das fotos dos ex-presidentes da Apesp em Moema

Em cerimônia singela e intimista, mas marcada por clima de agradável confraternização, muita recordação e forte emoção, foram solenemente inauguradas as fotos dos últimos seis presidentes da Apesp: Amílcar Aquino Navarro (Biênio 1996/1998); Nelson Lopes de Oliveira Júnior (Biênios 1998/2000 e 2000/2002); José Damião de Lima Trindade (Biênios 2002/2004 e 2004/2006); Marcos Fabio de Oliveira Nusdeo (Biênio 2006/2007); Zelmo Denari (Biênio 2007/2008); Ivan de Castro Duarte Martins (Biênio 2008/2010).

No evento, após as palavras da presidente da Apesp Márcia Semer sobre o trabalho de cada um dos ex-presidentes para a entidade e sobre a realização da cerimônia de inauguração solene das fotos como demonstração do reconhecimento da carreira à atuação de cada qual, os ex-presidentes Zelmo Denari, Amílcar Navarro, Nelson Lopes, Marcos Nusdeo e José Damião Trindade revezaram-se ao microfone contando aos presentes um pouco da história da Apesp e das dificuldades e alegrias que vivenciaram na condução da entidade.

Presentes à solenidade, falaram também o ex-presidente Clério Rodrigues da Costa, presidente no biênio

1992/1994, e Raymundo Farias de Oliveira, presidente no biênio 1973/1974.

O decano dos ex-presidentes, Raimundo Farias de Oliveira, emocionou a todos ao contar a história dos primórdios da Associação, quando os colegas tinham por sede uma modesta salinha alugada na Rua Benjamin Constant; a atuação dos combativos Armando Marcondes Machado e Waldir Trancoso Peres; a compra do primeiro conjunto no prédio em que hoje está a associação e a luta árdua de nossos antecessores para conquistarem a verba honorária, ainda na primeira metade da década de 1970. Encerrando sua fala, Raimundo nos brindou com o poema "Das Utopias", de Mario Quintana:

*"Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!"*

No encerramento da cerimônia todos os ex-presidentes foram homenageados com flores e os merecidos aplausos dos colegas, parentes e amigos presentes.

LANÇAMENTO DE LIVROS

Na mesma oportunidade, a Apesp promoveu um coquetel de lançamento de livros de autoria dos associados. Conheça os autores e suas obras:

- **Daisy Buazar Livros:**
"Palavras 2012" e "A mulher na dimensão do infinito"
Editora: AJEB – Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil – Coordenadoria São Paulo. A autora fez uma doação das duas obras para a biblioteca da Apesp.
- **Zelmo Denari**
Livro: "Pelos caminhos do mate"
Editora: Ithala

Águas de março encerrando o verão



São Paulo, apesar de não ser a “Cidade Maravilhosa”, tem uma fantástica e efervescente vida cultural: cinema, teatro, musicais, concertos, exposições, enfim, uma gama de opções para o lazer.

Neste passo, dos filmes que me impressionaram neste semestre, destaco, em primeiro lugar:

“A Separação”: filme iraniano com direção de Asghar Farhadi, premiado com Urso de Ouro no Festival de Berlim 2011 e com o Oscar de melhor filme estrangeiro, narra o drama envolvente de uma mulher que quer se divorciar do marido e levar a filha para fora do país, pois não quer criá-la num país cujo autoritarismo e machismo oprimem de forma inexorável as mulheres, jogando sobre elas a culpa pelos males do mundo, agravada pela religião. A trama, bastante original, acaba por revelar conflitos de toda a natureza: velhice, demência, solidão, luta de classes, preconceito, fanatismo religioso, tudo isso de forma bastante sutil, de maneira a burlar a censura iraniana, que não é pouca. Conta a história de duas famílias, uma pobre e outra de classe social mais elevada, que acabam por se entrelaçar circunstancialmente. O drama relata a versão de cada uma delas sobre um mesmo fato, e dá ao espectador a possibilidade de refletir sobre ele. O filme começa e acaba numa sala de audiência. Para nós advogados,

revela um sistema judiciário bastante tumultuado, não muito diferente do nosso, no qual os menos favorecidos têm dificuldade em se fazer ouvir, e nos instiga a encontrar aquele espírito de justiça inerente ao ser humano que acompanha, ou pelo menos deveria acompanhar, nossa vida profissional. O elenco é ótimo e tem nos papéis principais Simin (Leila Hatami) e o bancário Nader (Peyman Moaadi),

além da filha do diretor Sarina Farhadi, que faz o papel da adolescente Termeh, cuja guarda é disputada no divórcio dos pais. Todos os atores são maravilhosos: a atriz que faz a empregada, o velho demente que mora com o filho Nader e até mesmo a criança filha da empregada, que se vê obrigada a levá-la ao emprego e que oculta do marido desempregado, para prover o sustento da família. Todos esses fatores comprovam que uma boa trama, bem dirigida e interpretada, não precisa dos milhões de dólares para fazer um bom filme. Não deixe de ver!

Destaco ainda “Histórias Cruzadas”, direção de Tate Taylor, que conta a amizade de uma jovem progressista branca do Mississippi nos anos 60 e as empregadas negras da pequena cidade onde vivem. Indicada como melhor atriz coadjuvante, Octavia Spencer ganhou o Oscar e o Globo de Ouro; nessa categoria, Viola Davis, com desempenho magistral ficou apenas com indicação de melhor atriz na premiação do Oscar, prêmio levado, com muita justiça, por Meryl Streep, no papel de Margaret Thatcher, em a “Dama de Ferro”, filme que também recomendo pela atuação da protagonista, que é, sem dúvida alguma, a grande dama do cinema americano.

Marcia Zanotti é diretora social e cultural da Apesp

POESIA

“ (...) Oh minha mãe, meu doce e santo refúgio (...)”

O ex-presidente da Apesp, Raymundo Farias de Oliveira, notório poeta e músico, agraciou recentemente os associados da Apesp. Aliás, a todos aqueles que passam pela sede da Associação.

Não é necessário ter aguçada percepção artística ou tino pela arte poética para se emocionar com a obra que Raymundinho doou para a Associação. Cores e palavras, mesclando-se em arte.

O poema “Retorno” é uma ode a sua mãe feita há dez anos atrás. Em triste momento, Raymundinho consegue expressar saudade em palavras. A pintura é da atriz Alice Silvestre, que integra o grupo teatral do Clube Pinheiros. A seguir, a íntegra do belo momento:

*“Ungiste-me a fronte
Com o óleo santo
Do teu beijo maternal
Na noite em que chorei
Pela primeira vez,
Aninhado no teu busto jovem,
Explodindo de emoção!*

*O tempo passou
E passou tão depressa...
Percorremos tantos caminhos,
Vencemos tantas lonjuras,
E agora, pasmo e triste,
Olho teus olhos cansados,
As rugas singrando teu rosto
Tua memória fraquejando,*

*Escondendo algum desgosto,
As dores povoando teu corpo,
O rosário tremendo em tuas mãos.*

*Cada dia é um suplício
E cada noite uma incógnita
Teus cabelos negros, viçosos,
Ficaram tão cinzentos...
Teus lábios guardam um silêncio amargo
Interrompido pelos gemidos suaves.*

*Oh minha mãe,
meu doce e santo refúgio,
mergulho em mil indagações
Sobre o mistério da vida,
Querendo saciar curiosidades inúteis.
Debato-me, afoito,
Nas ondas inquietas da minha introspecção
E, assim, regresso feliz
À longínqua noite de lua cheia*

*Em que, no esplendor da tua juventude,
Ungiste-me a fronte
Com o óleo santo
Do teu beijo maternal,
Enquanto eu chorava pela primeira vez?”*



G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

INFORME PUBLICITÁRIO



Procurador:
 você pode cuidar da saúde com
 o melhor, pagando muito mais barato.

Graças à parceria da APESP com a Qualicorp, você pode ter um plano de saúde, coletivo por adesão, de alto padrão de qualidade, pagando até 25% mais barato*.

Confira o quanto vale a pena.



Ligue **0800 777 4004**
 ou faça uma simulação de valores:
www.qualicorp.com.br



*Em comparação a produtos similares no mercado de planos de saúde individuais (tabela de maio/2012 – Unimed Paulistana).

Planos de saúde e planos odontológicos, coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência da respectiva operadora. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. Junho/2012.